

## FAMÍLIA, PAPÉIS E O PRODUZIR ECOLÓGICO

**CRUZ, Patrícia Postali<sup>1</sup>; MARQUES, Flávia Charão<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Acadêmica da Universidade Federal de Pelotas, curso de Bacharelado em Antropologia | Bolsista Embrapa | LEAA - Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais; <sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Agronomia e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.  
[patricia.postali@gmail.com](mailto:patricia.postali@gmail.com)

### 1 INTRODUÇÃO

A modernização da agricultura, iniciada na década de 1950, promoveu ganhos em produtividade e escala, colocando o Brasil como um importante país exportador de *commodities* agrícolas. Por outro lado, promoveu (e ainda promove) mudanças muito significativas nos espaços rurais, seja do ponto de vista ambiental, econômico, social e cultural. Assim, o 'rural' vem sendo foco de intensas pesquisas também na Antropologia. Autores como Woortmann e Woortmann (1997), Wanderley (2003) e Almeida (1986) demonstram em suas pesquisas as rupturas e continuidades desse 'novo rural', atentando para as diferentes respostas que os atores sociais acionam em meio às mudanças propostas pela Revolução Verde<sup>1</sup>. Müller et al (2002) apontam que esse modelo produtivista concebido dentro de uma visão cartesiana de mundo passa a desconsiderar as especificidades sócio-culturais, econômicas e ecológicas dos espaços rurais.

Nesse contexto de proposições unidirecionais, os atores sociais reformulam práticas e saberes no sentido de inovar algumas técnicas e preservar outras. Surgem novos conceitos nesse campo, dentre eles, a Agroecologia. Compreendida aqui como “uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Em parte, a Agroecologia surge a partir de mobilizações de agricultores, técnicos e de lideranças do campo em favor de uma agricultura que seja sustentável e que valorize os saberes locais das comunidades tradicionais e agricultores familiares em toda sua diversidade.

Como colocam Woortmann e Woortmann (1997) terra, trabalho e família são indissolúveis no campesinato, logo, a adoção de um modelo produtivo ou outro não irá atuar somente na esfera produtiva da família, mas também nos sistemas simbólicos e nas decisões de reprodução do grupo familiar.

Nesse sentido, a composição da identidade de ser 'agricultor ecológico' perpassa as decisões econômicas e ganha inteligibilidade no campo simbólico da família. Logo, os elementos inovadores incorporados nas práticas agroecológicas estão imbricados com os valores tradicionais. O inovar está em constante diálogo com o preservar certos saberes passados, o que para a família de agricultores ecológicos, é um elemento a ser valorizado. Percebe-se que os parâmetros que geram a inovação são aqueles saberes passados entre gerações, que hoje passam a ser reinterpretados.

<sup>1</sup> Altieri (2004, p.8) define a Revolução Verde como “um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização.”

Tomando este contexto, o objetivo deste trabalho é analisar uma família rural que trabalha com produção ecológica de alimentos, através do método etnográfico, e os elementos que organizam esse grupo e o 'ser agricultor', priorizando a dialética entre eles.

## 2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "Cultura, patrimônio e segurança alimentar entre famílias rurais: etnografias de casos significativos" (CNPq). O projeto propõe o estudo de trajetórias de famílias rurais a partir de três eixos, tidos como complementares, a saber: agricultura, alimentação e família. Os dados foram coletados a partir de método etnográfico, em pesquisa de campo - em uma família rural residente na Colônia São Manoel, município de Pelotas, Rio Grande do Sul -, que teve início em novembro de 2011 e estendeu até agosto de 2012. Além disso, foi feita a observação da rotina da cozinha e a participação nas atividades produtivas da família, com registro em caderno de campo. O processo de pesquisa, então, pressupõe levar em consideração o conhecimento do grupo familiar a partir "do ponto de vista dos nativos"<sup>2</sup>.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A família estudada é composta por seis membros entre eles: pai, mãe, três filhos (dois homens e uma mulher) e avó. O pai, a mãe e a avó dedicam tempo integral para os trabalhos na Unidade de Produção (UP), sendo que a avó se dedica exclusivamente às tarefas domésticas. Os dois filhos mais velhos (gêmeos) trabalham fora da propriedade e tem como intenção, atualmente, a migração para a cidade. O histórico do trabalho da família é agrícola. O bisavô, imigrante da Itália, comprou a propriedade agrícola a qual foi passada entre gerações.

Como já explicitado, a família estudada é constituída por um casal de agricultores que praticam Agroecologia. Essa diferenciação no processo produtivo traz algumas mudanças na reprodução familiar. A noção de 'papéis' é aqui mobilizada para analisar dois eixos centrais da reprodução e da organização familiar: a) família e trabalho e b) transmissão da propriedade para os filhos.

O conceito de papéis tem embasamento nos estudos de Salem (1980), a autora coloca que o conceito engloba dois campos distintos: por um lado, se situam as expectativas de desempenho que são atribuídos a um ator social, e, por outro lado, o comportamento que não irá englobar só a prática, mas também as representações (sua própria lógica). Nesse sentido, o conceito de papéis parte de uma lógica dinâmica, mais do que ajustamento mecânico à pressão social. Pautado na relação dialética entre a expectativa do desempenho (social) e o comportamento (escolhas individuais), os papéis familiares são acionados por duas matrizes básicas: geracional e sexual.

Tomando a etnografia de Woortmann e Woortmann (1997) como base de família rural tradicional, são perceptíveis algumas nuances que o 'fazer agroecológico' traz para o seio familiar. Ao longo das estadias em campo, percebeu-se uma maior flexibilidade na divisão de trabalho do casal. Algumas atividades são específicas de cada um, mas não há rigidez nesses papéis. O sentido da divisão é muito mais da cooperação do que de poder nas tarefas do homem sobre a mulher – como descrito em famílias rurais tradicionais. Logo, o casal se organiza a partir de

<sup>2</sup> Ver GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, p. 85 -107, 1997.

uma divisão 'equilibrada' de trabalho, os dois participam das tarefas de plantio, manejo e colheita. Não há espaços interditados à mulher e nem é definido o seu trabalho como *ajuda*<sup>3</sup>, porém, as decisões do que será plantado no ciclo seguinte fica, na maioria das vezes, a cargo do marido.

A produção do vinho e do suco é um dos momentos onde os papéis são mais rígidos. Apesar de haver cooperação entre o casal, o suco é tarefa da esposa e o vinho é tarefa do marido. Quando perguntei a ela sobre a receita do suco, ela expõe como um saber que herdou da sua família; ao perguntar ao marido sobre o vinho a mesma resposta é alegada. Nesse sentido, percebe-se que, mesmo havendo inovações na organização familiar, a manutenção da tradição é um elemento valorizado nas práticas agrícolas e, de certa maneira, organizador da família.

A casa talvez seja o campo mais sutil na divisão de papéis da família. A cozinha é o terreno de encontro da sogra e da nora. A autora Marta Jardim (2007) trata no texto “De sogra para nora para sogra: redes de comércio e de família em Moçambique” os diferentes *estágios* dessa interação entre sogra e nora e coloca que “*em termos ideias, a vulnerabilidade na unidade doméstica – de domínio de sua sogra – vai sendo substituída por um gradativo equilíbrio de forças, culminando no nascimento do primeiro filho, em especial do filho homem*”. Propõe-se aqui que, na família estudada, a relação entre sogra e nora já tenha uma definição bem delimitada de papéis e, por isso, essa divisão da cozinha esteja engajada na mesma lógica da divisão do trabalho agrícola: a da cooperação.

Por outro lado, como aponta Carneiro (1998), após a reformulação de uma agricultura familiar “moderna”, a família deixa de ser a difusora hegemônica dos valores morais no meio rural. Isto dialoga para além da família, onde mídia, escola, relação com o urbano também cumprem a função de inculcar idéias. Dessa forma, a relação com a cidade se acentua e os ideais de buscar o novo e a sua autonomia financeira se tornam projeto de futuro. Isto é percebido na família pelo fato dos filhos mais velhos (gêmeos, 22 anos de idade) terem migrado para a cidade em busca de emprego.

Em dado momento, a filha do casal, ao relatar sobre a sua escolha em procurar emprego fora da agricultura, diz que não gosta da lavoura, que nunca gostou. Remete essa afirmação ao universo dos jovens rurais, dizendo: “*ninguém quer a lavoura, viver da terra é muito difícil e rende muito pouco*”. Nessa relação com a cidade, ela não nega o rural. Por exemplo, nas férias, dedica seu tempo livre como força de trabalho na propriedade dos pais. Perguntada se não sente falta de alguma coisa, percebe-se na resposta uma relação afetiva forte com o local de origem, ela traz na narrativa a dialética entre: a memória do 'bom viver' e o espaço das incertezas para o tempo futuro. A migração ou negação do papel de herdeiro do patrimônio da família, muitas vezes, está baseada na busca por uma autonomia financeira. Também, em relação à cidade cria-se um ‘campo imaginário de desejos’, no qual os valores morais erguidos pela tradição já não predominam nos ideais de futuro do indivíduo jovem. Porém, como ressalta Carneiro (1998) a mobilidade entre o rural e o urbano não implicaria na negação nem de um nem de outro, mas sim, no caso estudado pela autora, na escolha pelo ‘melhor dos dois mundos’.

Todavia, o jovem desempenha papel fundamental na continuidade do patrimônio familiar, tanto o herdeiro (guardião do patrimônio) como os não-herdeiros são fundamentais para o coletivismo interno. A hierarquia camponesa está pautada na transmissão indivisa da propriedade, numa lógica de perpetuar o patrimônio

<sup>3</sup> A *ajuda* é a categoria que define o trabalho da mulher e das crianças fora da casa (Woortmann e Woortman, 1997).

familiar (coletivo) e não na reprodução social do indivíduo (WOORTMANN, 1990). Nesta família, evidencia-se que há expectativa de que o herdeiro seja o filho mais novo (5 anos), que normalmente acompanha o pai na lavoura, é bastante claro que a 'terra tem sido uma escola' para ele. Mas, ao conversar com o pai sobre a transmissão da propriedade, ele diz que se entristece ao saber que o filho acabará indo para a escola e talvez não queira mais saber da terra.

#### 4 CONCLUSÃO

A organização familiar está intimamente relacionada à opção de trabalhar com agricultura de base ecológica que, embora guarde relação com a estratégia de reprodução econômica, parece articular outros elementos que mantêm uma condição camponesa, ao mesmo tempo em que a atualizam. Neste sentido, percebe-se que há diferenças nas relações de trabalho internas à família, a lógica passa do poder centrado nas práticas do homem, para uma ideia de cooperação entre os integrantes da família. Também, as decisões são majoritariamente tomadas pelo casal e os papéis desempenhados são fundamentais para a reprodução do grupo. Por outro lado, há incertezas quanto à continuidade do patrimônio familiar, especialmente pela migração para cidade dos filhos mais velhos, embora a transmissão de saberes ao filho mais novo pareça delinear uma expectativa de futuro.

#### 5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Disponível em [[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm)]. Acessado em 19 de junho de 2012.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, 2002.
- CARNEIRO, Maria José. O ideal *rurbano*: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.
- JARDIM, Marta. De sogra para nora para sogra: redes de comércio e de família em Moçambique. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.29, p. 139-170, 2007.
- MÜLLER, J. M.; LOVATO, P. E.; MUSSOI, E. M.. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições (O caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC). **Eisforia**, Florianópolis/SC, v. 1, n. 1, p. 98-121, 2002.
- SALEN, Tânia. **O velho e o novo: um estudo de papéis e conflitos familiares**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.21, p. 42-61, 2003.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klass. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negocia": O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**. Brasília, v.69, p. 11- 73, 1990.